

Paul Krugman, um economista incontornável

“Acabem com esta crise, já”¹ – o seu livro de 2012

Emanuel Augusto dos Santos²

A ciência económica, diz-se, não é uma ciência exata. Ao contrário da Química, por exemplo, em Economia, não é possível testar em laboratório determinadas teorias. Como alternativa às experiências laboratoriais, os economistas utilizam as estatísticas, os factos históricos e algumas técnicas e modelos econométricos para demonstrar ou simplesmente mostrar algumas evidências da realidade económica. Mas quando se utiliza um pouco mais de sofisticação matemática para fundamentar uma teoria ou justificar uma medida de política económica, o número de pessoas que se interessam por ler e compreender tais desenvolvimentos reduz-se drasticamente. Assim, não é de admirar que a retórica substitua, tantas vezes, o conhecimento acumulado que deu origem à disciplina científica que podemos simplesmente chamar Economia (*Economics* na língua inglesa).

Esta observação preambular vem a propósito do livro “Acabem com esta crise, já” de Paul Krugman, recentemente publicado em português, o qual é objeto de recensão neste artigo. Mas antes de entrar nos detalhes, vou concluir o raciocínio iniciado no parágrafo anterior. Ora, não gozando a Economia dos créditos de algumas ciências ditas exatas, a importância dos argumentos a favor desta ou daquela tese é normalmente avaliada pela reputação de quem os profere. A existência de várias escolas de pensamento económico – designadamente, o keynesianismo e as outras mais ou menos neoclássicas – acantona, é certo, em campos separados os respetivos seguidores. Para o grande público nem sempre é claro quem tem razão quando para resolver um mesmo problema, como o desemprego, se defendem políticas diferentes ou até mesmo opostas. A comunicação entre as várias correntes não é fácil e, não poucas vezes, a argumentação termina na calista frase “essa é a sua opinião”. Sim, é verdade, mas nem todas as opiniões têm o mesmo peso. No caso de Paul Krugman, tratando-se de o prémio Nobel da Economia de 2008, ninguém poderá referir-se às suas teorias apenas como sendo meras opiniões. A sua vasta obra, as suas lições de economia em reputados institutos e universidades, como o MIT, Yale, Standford, UC Berkeley, Princeton e London School of Economics, e as suas múltiplas intervenções públicas fazem de Paul Krugman um economista incontornável do nosso tempo. Podemos tratar as teses de um prémio Nobel da economia como meras opiniões mas isso não é seguramente uma prova de inteligência.

Ao longo dos treze capítulos que compõem o livro, o autor procura encontrar, mais do que identificar as causas da atual crise - o que também é feito -, o caminho para dela se sair. E o que é chocante, quase revoltante, é que as soluções estão ao nosso alcance. Faltará apenas clarividência e honestidade intelectual e vontade política para as pôr em prática. Temos o conhecimento – o legado de muitas gerações de economistas – e os instrumentos – de política monetária e de política orçamental - para atacar e acabar com a depressão em que a crise financeira internacional nos mergulhou, mas por falta de ação dos nossos políticos não o fazemos. Krugman critica asperamente, de entre a classe dos economistas, aqueles que se resignam à situação de uma economia depressiva com elevados níveis de desemprego e custos sociais insuportáveis, refugiando-se no preconceito doutrinário e ignorando as lições da história económica. Um dos episódios mais marcantes do último século foi a Grande Depressão de 1930, cuja resposta em termos de teoria económica fez nascer a obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* de John Maynard Keynes. Krugman não tem dúvidas quanto à atualidade das considerações que Keynes fez em relação à situação da economia naquela época e também quanto ao acerto das suas recomendações de política para debelar os graves problemas causados pela depressão. Através de citações contundentes, o autor desafia os economistas e as pessoas com influência e poder na economia e na política a tomar posição e a agir, depressa, para sairmos desta crise.

¹ Paul Krugman, *Acabem com esta Crise, já!*, Editorial Presença, 2012.

² Economista

No primeiro capítulo do livro, o autor faz uma descrição da atual situação económica nos Estados Unidos da América e na Europa, para concluir que as condições económicas em que caímos depois da crise financeira internacional são intoleráveis, designadamente os elevados níveis de desemprego entre os jovens. Neste indicador específico, a Europa, e muito em particular os países periféricos, estão muito pior que os EUA. A taxa de desemprego no escalão dos jovens atinge valores inaceitáveis de 43 por cento em Espanha, 30 por cento na Irlanda e 28 por cento na Itália. Krugman não refere Portugal – país onde já esteve várias vezes, a primeira das quais no Verão de 1976 ainda como estudante de doutoramento do MIT e a última no início do corrente ano - mas poderia ter juntado mais esse exemplo com uma taxa de desemprego jovem bem acima dos 30 por cento. Refere, sim, o aumento do número de desempregados no seu país, que passou de 6,8 milhões em 2007 para 13 milhões em 2011, desabafando com um “Este é um tempo terrível para se ser jovem”.

De acordo com as estatísticas oficiais, a recessão nos EUA durou 18 meses, de Dezembro de 2007 a Junho de 2009. Nesse período, o PIB caiu 5 por cento. O problema é que, depois e não obstante alguns estímulos da administração Obama, o crescimento económico tem sido insuficiente para evitar o aumento da taxa de desemprego. Na Europa, onde domina o preconceito contra a política orçamental como instrumento de estabilização económica, o desempenho da economia tem sido pior, em particular nos países sujeitos a duros programas de austeridade. É neste ponto que Krugman acha inadmissível que os responsáveis políticos não ofereçam soluções às populações que sofrem. Diz ele, “não houve nenhuma praga de gafanhotos não perdemos os nossos conhecimentos tecnológico” então por que devemos ser mais pobres em vez de sermos mais ricos do que há cinco anos atrás? Quão bem aplicável parece ser este questionamento ao discurso do empobrecimento que grassa por aí!

O segundo capítulo – sobre a economia da depressão – começa com uma longa citação de Keynes sobre a Grande Depressão de 1930. Excluindo alguns arcaísmos de estilo, a descrição da situação económica de então aplica-se perfeitamente aos factos que hoje estamos a viver na sequência da crise financeira internacional. A teimosia dos políticos na rejeição da adoção de estímulos à economia, designadamente através da despesa pública, faz lembrar aquele proprietário de um carro de alta cilindrada cuja bateria precisa de ser substituída mas para não gastar uma centena de dólares numa bateria nova tem a viatura inutilmente parada. Krugman ironiza a posição do ministro das finanças da Alemanha que trata a economia como uma questão moral, fazendo sofrer desnecessariamente os povos europeus para que estes expiem os seus pecados por pretensas irresponsabilidades orçamentais. Para justificar a sua posição contra os estímulos ao aumento da procura, invocam a lei de Say que, como sabemos, diz que a oferta cria a sua própria procura. Mas numa situação de “armadilha de liquidez em que a taxa de juro que é fixada pelos bancos centrais já está muito próxima de zero, só com mais despesa poderemos sair desta crise. Até porque a despesa de uns é o rendimento de outros, lembra.

O capítulo terceiro, intitulado “O Momento Minsky”, invoca o mecanismo que leva ao desencadear das crises financeiras, pioneiramente descrito pelo economista Hyman Minsk. Pode ser resumido desta maneira: em tempos em que tudo corre bem, as dívidas aumentam e o risco de incumprimento é subestimado, porém quando num certo momento alguém falha no pagamento, sucedem-se os incumprimentos em cascata. Esse momento, ninguém sabe quando vai acontecer mas acontecerá. Todos nos lembramos da alegoria do bater de asas de uma borboleta na Ásia que faria desencadear um furacão na América, pois a sua semelhança com o momento de Minsk é muito grande.

Krugman refere Irving Fisher, um dos grandes economistas norte-americanos do século passado, como também tendo deixado na sua obra a teoria da espiral dívida/deflação. É que para pagar as dívidas que são reclamadas por todos, os agentes económicos são forçados a vender os seus ativos. Mas se todos pretenderem vender ao mesmo tempo, os preços colapsam e mais aprofundam a depressão económica. Esta situação aconteceu quando rebentou a bolha do imobiliário nos EUA e ficou conhecida pela crise do *subprime*.

Nos dois capítulos seguintes, quatro e cinco, prossegue-se a digressão sobre o sistema financeiro e as consequências da desregulação que transferiu para os bancos um poder ilimitado para criar dinheiro sem

qualquer âncora na economia real. É mencionado o caso da fusão do Citibank com uma empresa não bancária para criar o Citigroup, o que só foi possível depois de ser revogada a lei que, criada a seguir à Grande Depressão para proteger a estabilidade do sistema bancário, impedia tais fusões. Este caso é chamado à colação para ilustrar o poder de *lobby* das instituições financeiras privadas junto do poder político. Claro que, com as mãos livres, a finança privada prospera, os ricos tornam-se mais ricos e os pobres mais pobres. É contra essa crescente desigualdade que Krugman se insurge, invetivando as elites que se acomodam a tal situação justificando as políticas económicas erradas. Cita uma interessante frase plena de conteúdo político do escritor Upton Sinclair para justificar a amorfia dos trabalhadores relativamente às injustiças da desigual distribuição de rendimento que se transcreve “É difícil fazer um homem entender algo quando o seu salário depende do facto de ele não entender isso”.

Mais à frente, no capítulo seis, vira-se de novo para a sua classe, a dos economistas, acusando-os de nestes tempos negros para a Macroeconomia – chama-lhe a idade das trevas - fazerem parte do problema e não da solução. Insiste na incoerência de reputados economistas que deram importantes contributos para o nascimento da nova disciplina e hoje se refugiam na inação, numa “keynesofobia” sem sentido. Entre eles, menciona, com alguma pena, o nome de Robert Lucas. É também neste capítulo que, tendo em conta a localização geográfica das principais universidades norte-americanas (na costa ou no interior), apresenta a divisão das escolas de pensamento económico entre “economistas de água salgada” e “economistas de água doce” que se opõem ferozmente às ideias dos primeiros..

No capítulo 7, é feita a anatomia da resposta que a administração Obama deu para combater a crise. Krugman conclui que a direção das medidas económicas estava certa mas a escala dos estímulos foi manifestamente insuficiente. No caso do plano para aliviar as famílias mais endividadas com a compra da habitação, Krugman classifica-o como um fiasco.

A questão candente dos défices públicos é tratada no capítulo 8. No contexto de uma economia em depressão, o financiamento da despesa pública não provoca *crowding out* do investimento privado, porque o efeito através do canal da taxa de juro não se concretiza quando a procura do setor privado se encontra em retração. O risco de uma subida das *yields* dos títulos da dívida pública como resposta dos mercados à situação de défices públicos elevados não era teoricamente esperado e na prática não se veio a verificar, pelo menos nos EUA. É que apesar do aumento da dívida pública americana para os 93 por cento do PIB no final de 2010, os encargos com o pagamento de juros é relativamente reduzido e suportável desde que haja crescimento económico suficiente. Para que o rácio da dívida não se agrave basta que o crescimento nominal do PIB (taxa de crescimento real mais taxa de inflação) seja igual ou supere a taxa de juro implícita da dívida pública. Não têm, assim, razão os que se focalizam excessivamente na redução do défice no muito curto prazo, pois isso não ajuda a economia a sair da depressão e torna o objetivo da redução da dívida ainda mais difícil e complexa. O argumento, muito utilizado aqui por estes lados, de não se poder resolver um problema criado pela dívida com mais dívida é desmontado por Krugman, chamando a atenção que a dívida de alguém é um ativo de outrem, globalmente a dívida não é um problema como o seria uma catástrofe natural. Neste ponto convém lembrar que o raciocínio se aplica no contexto de um país, isto é, quando a dívida é interna. Quando a dívida é externa isso é mais complexo e carece de outras respostas, envolvendo *inter alia* a política cambial.

A questão da inflação é tratada no capítulo 9. Utilizando as estatísticas oficiais mostra-se quão infundados eram os temores de que uma política monetária expansionista provocasse um processo inflacionista. Em 2011, a taxa de inflação nos EUA ainda se situou abaixo de 4 por cento, precisamente o valor que alguns economistas defendem que deveria ser o objetivo dos bancos centrais, em vez dos atuais 2 por cento fixados pelo Banco Central Europeu. As razões a favor de uma inflação um pouco mais alta são as seguintes: i) torna a procura de crédito mais atrativa, porque em termos reais o montante da amortização, quando esse momento chegar, é inferior ao que se levanta como empréstimo; ii) reduz o *stock* de dívida em termos reais, aliviando os devedores e iii) facilita o ajustamento dos salários reais, sem reduzir os salários nominais.

A análise da economia europeia é feita com maior detalhe no capítulo 10 e estende-se pelo capítulo 11. Sob o título *Eurodemmerung*, o que traduzindo do alemão quer dizer “Crepúsculo do Euro”, Krugman procede à análise crítica da situação na área do euro e da ortodoxia da política económica europeia, concluindo que, assim, a Europa tomou a dianteira para o desastre. Crítico em relação à forma como foi lançado o euro abrangendo um conjunto de economias que não reuniam todos os critérios requeridos por uma área monetária ótima, não deixa, contudo, de sublinhar que o sucesso da moeda única europeia será uma coisa boa para todo o mundo e o seu fracasso também o será para o resto do mundo. A fraca mobilidade do fator trabalho, embora a legislação não a impeça, e a incipiente integração orçamental são os dois maiores problemas ao bom funcionamento do euro. Já do ponto de vista da intensidade das relações comerciais, a situação é consistente com a existência de uma só moeda.

Os europeus estarão a laborar numa “grande desilusão” no que ao diagnóstico da situação diz respeito. Com efeito, com a Alemanha na liderança, pretende-se fazer crer que a crise tem a sua origem na irresponsabilidade orçamental de alguns Estados. Demonstra-se que o argumento está errado, pois que agregando os GIPSI (Krugman por louvável respeito aos Estados nunca usa a sigla PIGS), que é o grupo da Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália, os dados orçamentais mostram que quer o défice quer a dívida pública estavam a melhorar nos anos que antecederam a crise. Por outro lado, é o receio do fim do próprio euro que torna ainda mais altas as taxas de juro para os países da periferia, como se prova contrastando a situação com a dos Estados que têm moeda própria como o Reino Unido e a Dinamarca, por exemplo.

Para salvar o euro, faz três recomendações: i) disponibilidade do BCE para comprar títulos da dívida pública (tudo aponta que irá ser concretizada depois do anúncio do BCE do dia 6 de Setembro último); ii) Aumento da procura interna nos países excedentários com concomitante aumento (moderado) da inflação e iii) austeridade orçamental para os países com finanças públicas desequilibradas. Esta terceira recomendação parece-nos revelar alguma cedência relativamente à tese central de que a austeridade leva a mais depressão. Esta tese é plenamente retomada no capítulo 11 com o sugestivo título “Austerianos” ou seja os que têm obsessão pela austeridade. Volta a reafirmar que a crise dos países endividados foi provocada pela crise financeira internacional e não o contrário, retirando fundamentação ao argumento que defende que os países sofrem ataques especulativos porque têm elevados défices públicos. Dá o exemplo do Reino Unido, que depois de ter tomada medidas severas de austeridade orçamental viu os indicadores de confiança baixar ainda mais. Fica assim desvalorizada a tese de que a melhoria das finanças públicas, só por si, leva ao aumento de confiança dos mercados e com esta viria automaticamente a recuperação da economia.

Nos dois últimos capítulos, Krugman volta a focalizar-se nas falhas do atual sistema económico, incapaz de restaurar o pleno emprego e criando situações de extrema desigualdade e injustiça. Reafirma a tese que é preciso estimular a procura para sairmos da crise, advogando que quando gastarmos mais o PIB real e o emprego crescem e quando gastamos menos o PIB real e o emprego diminuem.

Numa antevisão dos possíveis cenários para a política económica dos EUA depois das eleições presidenciais do próximo mês de Novembro, considera que o desempenho da economia nos três trimestres que precedem imediatamente as eleições é decisivo para os seus resultados. Parece indiciar algumas preferências pela política de Barack Obama, todavia, referindo-se a Mitt Romney, o candidato republicano, acaba por dizer, que, como acontece quase sempre na política, as promessas feitas nos programas são para ganhar votos e que depois há que ser pragmático. Com esta afirmação deixa entrever que a política dos republicanos não será, como alguns pensam, de puros falcões, até porque há conselheiros económicos com pensamento keynesiano no seu *staff*!

Numa adenda final, ainda deixa algumas referências e dados sobre o que sabemos (ou não) sobre os efeitos da despesa pública no crescimento económico e no emprego. Avisando que não se deve confundir correlação com causalidade, ilustra com estatísticas dos EUA um caso de correlação negativa, mas espúria, entre despesa pública em percentagem do PIB e taxa de desemprego, isto é, o desemprego baixa

com o aumento da despesa e sobe com a sua diminuição. Embora este caso seja a favor das suas teses, alerta para a existência de uma terceira variável que é responsável por aquela relação.

Terminamos este resumo alertando para o facto de que ainda que tivéssemos procurado destacar o que nos pareceu mais importante ao ler o livro, isso não dispensa a leitura integral da obra até porque os temas abordados são não só da máxima atualidade como podem ser decisivos para o nosso futuro coletivo.